



## Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes<sup>1</sup>

### Labor culture, associative production and production of knowledge

Lia Tiriba  
liatiriba@oi.com.br

---

**Resumo:** Que saberes podem contribuir para a constituição de uma nova cultura do trabalho e para a potencialização de relações econômico-sociais que, de alguma maneira, contrariem a lógica do capital? Para trazer à tona algumas questões polêmicas sobre produção e legitimação de saberes, resgato algumas descobertas feitas ao longo de meu caminhar como pesquisadora, ressaltando que, na história do capitalismo, os trabalhadores vêm sendo excluídos do direito à educação básica, o que dificulta sobremaneira que eles tornem-se senhores do seu trabalho. No segundo momento, distinguindo as perspectivas do trabalho e do capital, enfatizo que, no regime de acumulação flexível, as novas tecnologias de produção e gestão da força de trabalho pressupõem a valorização, legitimação e certificação de saberes do trabalho. No terceiro momento, tendo em conta a necessidade de mobilização e articulação de saberes para tornar viável técnica e politicamente o trabalho associativo, resgato algumas contribuições de Gramsci que nos ajudam a pensar sobre a cultura do trabalho que vai se gestando no interior das organizações econômicas populares. Visando ao fortalecimento da economia popular solidária, finalizo com alguns referenciais teórico-práticos de uma “pedagogia da produção associada” que considere os processos de produção e socialização de saberes no trabalho associativo.

**Palavras-chave:** trabalho e educação, economia popular solidária, cultura do trabalho, produção de saberes do/no trabalho, pedagogia da produção associada.

**Abstract:** Which knowledge can contribute to the constitution of a new labor culture and the potentiation of social-economic relations that somehow contradict the logic of capital? In order to bring up some polemical issues related to the production and legitimization of knowledge, I retrieve some discoveries made in the course of my activity as a researcher. It should be stressed that in the history of capitalism workers haven been excluded from the right to basic education, which makes it extremely difficult for them to become masters of their labor. Then, distinguishing the perspectives of labor and capital, I emphasize that in the regime of flexible accumulation the new technologies of production and management of the labor force presuppose the valuing, legitimization and certification of work-related knowledge. Thirdly, taking into account the need to mobilize and articulate forms of knowledge in order to render associative labor technically and politically feasible, I resume some contributions made by Gramsci that help us to reflect on the labor culture that is developing within the popular economic organizations. With a view to the strengthening of the popular solidarity economy, I conclude with some theoretical-practical references of a “pedagogy of

---

<sup>1</sup> Este texto tem como referência a palestra proferida na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes para e no Trabalho, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, sob coordenação da Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer (27 a 29 de março de 2006).

associative labor” that takes into consideration the processes of the production and socialization of knowledge in associative labor.

**Key words:** labor and education, popular solidarity economy, labor culture, production of work-related knowledge, pedagogy of associative production.

## Educação de trabalhadores associados na produção (alguns caminhos trilhados)

O que aprendemos nos espaços singulares onde os trabalhadores são os proprietários dos meios de produção e, portanto, gestores do processo de trabalho? Sabemos que, de meados de 1980 para cá, os trabalhadores vêm tentando garantir seus postos de trabalho, ocupando e/ou se apropriando de fábricas falidas e/ou abandonadas pelos empresários. Com a crise do emprego, proliferaram sobremaneira as iniciativas econômicas populares que vão desde vender cachorro-quente na esquina (com a ajuda dos vizinhos) até a organização de cooperativas e empresas de autogestão. Neste contexto, foi realizada a pesquisa sobre a Remington, antiga indústria de máquinas de escrever, na qual seus ex-funcionários ensaiaram, entre 1990 e 1994, uma organização do trabalho inspirada nos princípios da autogestão<sup>2</sup>. Indo e vindo nos espaços/tempos das histórias de trabalhadores associados na produção, uma investigação sobre uma indústria coletivizada durante a Guerra Civil Espanhola (1939-1939), foi possível resgatar as relações entre trabalho e educação no interior da fábrica, seus impasses e desafios (Tiriba, 2006).

A lição que podemos tirar dessas duas pesquisas é que na história do

capitalismo, os desafios educativos que se colocam para os trabalhadores são – *grosso modo* – mais ou menos os mesmos, seja na Guerra Civil Espanhola, seja no Brasil ou em qualquer outro país latino-americano onde, a partir da década de 1980, comecem a proliferar experiências em que os trabalhadores tomam para si a organização e gestão do trabalho. Na Argentina, este fenômeno “ganha as ruas”, a partir de ano 2000, tendo a frente o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, surgindo depois os movimentos das Fábricas Ocupadas e das Fábricas Recuperadas. O mesmo vem ocorrendo no Uruguai e na Venezuela, onde Chaves criou, em 2005, o Ministério da Economia Popular. No Brasil, em 2001, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária; em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária/Mtb, tendo à frente o Prof. Paul Singer<sup>3</sup>. Mas, independentemente do nome do movimento, independentemente da denominação que se dê ao fenômeno, o fato é que, ao longo da história do capitalismo, embora os trabalhadores associados sejam produtores de conhecimento, embora os trabalhadores associados se apropriem dos meios de produção, eles não detêm os fundamentos científico-tecnológicos para colocar os meios de produção a seu serviço. Em síntese, precisamos constatar que, no capitalismo, os trabalhadores têm sido excluídos do direito à educação bási-

ca, seja ela de qualidade “mercadológica” ou social – questão esta que nos dá elementos para refletir sobre a função social da escola nos processos de produção e legitimação de saberes.

Aproximando-nos, afastando-nos e mesmo negando a ideologia que embala a teoria do capital humano<sup>4</sup>, tem se tornado lugar-comum afirmar que a educação, em especial, a baixa escolaridade dos trabalhadores, é um dos grandes nós que “emperra” o desenvolvimento das organizações econômicas populares. Historicamente relegados às tarefas de execução e precocemente expulsos da escola, os trabalhadores associados se vêem no desafio de mobilizar seus saberes e, ao mesmo tempo, buscar novos saberes que lhes permitam tornar-se, de fato, dirigentes da produção. Na verdade, os processos educativos, em especial os processos de formação de trabalhadores associados, não podem ser concebidos como algo de “fora para dentro”, mas como processos que se plasmam na organização do trabalho, sendo, portanto, elementos da própria cultura do trabalho que ali vai se constituindo (Tiriba, 2001). Neste horizonte, iniciamos uma espécie de estudo do “estado da arte” dos materiais pedagógicos elaborados pelas organizações de apoio à economia popular solidária, como também da produção científica sobre formação de trabalhadores associados na produção (anos 1990 a 2005),

<sup>2</sup> Sobre o processo autogestionário vivido pelos trabalhadores na Remington, ver Tiriba (1994). Neste mesmo relatório de pesquisa, é possível ter uma visão panorâmica da organização dos trabalhadores nas primeiras empresas de autogestão, surgidas no final da década de 1980 e início dos anos 1990, bem como alguns dados sobre o I Seminário de Autogestão, em 1993.

<sup>3</sup> Sobre a experiência argentina, ver Heller (2004) e Magnani (2003). Sobre a experiência uruguaia, ver Guerra *et al.* (2004). Em Singer e Souza (2000), há uma coletânea de artigos de diversos autores que retratam as experiências de Economia Solidária no Brasil.

<sup>4</sup> Sobre a crítica à teoria do capital tornou-se um clássico o livro *A produtividade da escola improdutiva*, de Gaudêncio Frigotto (1984).

buscando apreender, nos planos teórico-metodológico e da ação prática, os fundamentos dos processos educativos. Para isto, outro desafio é resgatar, no chão da produção associada, os saberes populares, os saberes da experiência em matéria de economia. Que saberes são esses? De que maneira os processos produtivos geridos pelos próprios trabalhadores vão incorporando os saberes produzidos ao longo da vida e, também, nos espaços onde esses mesmos trabalhadores, anteriormente, haviam se vinculado como trabalhadores assalariados empregados? Em síntese, nesta pesquisa, pretende-se reunir antigos e novos elementos que fundamentem o que denominamos “pedagogia da produção associada”.

### **Sobre produção associada e acumulação flexível (ou, separando o joio do trigo)**

Que tipo de associativismo estimulamos? Com a crise do taylorismo-fordismo e o coroamento da acumulação flexível, a grande fábrica já não absorve três mil trabalhadores, mas apenas trezentos. Além de as tecnologias de produção demandarem um número menor de trabalhadores, apenas 25% é produzido dentro da fábrica. A própria reestruturação produtiva, calçada na flexibilização entre capital e trabalho, demanda trabalho por conta própria, demanda força de trabalho para compor a cadeia produtiva toyotista (na qual 75% dos bens e serviços é produzido do lado de fora da empresa-mãe). Por isso, é preciso pensar a questão das empresas familiares, das microempresas e, principalmente no nosso caso, a questão do cooperativismo como algo que não é necessariamente “revolucionário” ou

“alternativo”, mas como parte integrante da reestruturação produtiva requerida pelo atual regime de acumulação capitalista.<sup>5</sup> O fato dos trabalhadores se tornarem os proprietários dos meios de produção não necessariamente nos indica a possibilidade de criação de uma nova cultura do trabalho. Não é sinônimo de superação das relações capitalistas de produção e tampouco representa, necessariamente, trabalho emancipado.

Diante da crise do emprego, algumas “alternativas” nos têm sido apresentadas. Além de uma renda mínima ou benefícios para aliviar a dor dos pobres, tem sido comum reivindicar a criação de novos postos de trabalho assalariado. A reivindicação de “trabalhar menos para que todos trabalhem” (Aznar), assumida hoje pela própria Central Única dos Trabalhadores (a exemplo dos países europeus), pressupõe a diminuição da jornada de trabalho, sem a diminuição do salário. Na verdade, todas estas “alternativas” nos mantêm tendo ainda como referência o trabalho assalariado, ou seja, o emprego (seja ele temporário ou não). Num panfleto distribuído numa manifestação de trabalhadores em Madrid, perguntava-se: “Trabalhar menos para que todos trabalhem é igual a exploração do trabalho para todos?” Isto nos faz pensar: afinal, o que reivindicamos? Reivindicamos a exploração do trabalho para todos ou aproveitamos a crise do trabalho assalariado para tentar fortalecer a organização dos trabalhadores em torno da criação de uma nova cultura do trabalho? Quais os horizontes de nossas lutas? Criar as bases culturais para uma sociedade de produtores livremente associados na produção? Ou apenas amenizar as contradições entre capital e trabalho? No horizonte da produção

associada, que saberes poderiam ser considerados como saberes socialmente produtivos?

A “produção associada” deve ser concebida em dois sentidos. O primeiro vincula-se à constatação (a olho nu) de que a reprodução da classe-que-vive-trabalho, em especial, dos trabalhadores oriundos dos setores populares, requer uma verdadeira produção associada, pressupondo a criação de redes de solidariedade, de colaboração para que, cotidianamente, possam garantir sua sobrevivência. A reprodução ampliada de vida requer a coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção, seja ela unidade doméstica, cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico<sup>6</sup>. O segundo sentido de “produção associada” caminha no horizonte econômico-filosófico marxista, no qual a mesma é entendida como unidade básica da sociedade dos produtores livremente associados na produção. Evidentemente, como categoria histórica, é preciso redimensionar a “produção associada” na atual fase de sociabilidade do capital, dado que o cooperativismo e outros empreendimentos associativos vêm sendo demandados pelo modelo neoliberal de acumulação e regulação social.

Tendo em conta, pelo menos, estas duas dimensões da produção associada, acredito ser necessária uma pedagogia que, na perspectiva de emancipação das classes trabalhadoras, tenha como horizonte o fim da sociedade capitalista. Assim, tendo em conta esta e outras utopias, vale nos perguntar: Que saberes são esses que queremos legitimar? Por que queremos legitimá-los? Em última instância o que queremos legitimar?

<sup>5</sup> Em *Os fios invisíveis da produção*, Maria Augusta Tavares (2005) tece uma brilhante análise sobre a “nova informalidade” como elemento da reestruturação produtiva.

<sup>6</sup> O conceito de “economia popular” vem sendo fundamental para que possamos compreender esta singular dimensão dos processos de reprodução das classes populares. Para isso, ver Icaza e Tiriba (2003) e Tiriba (2003).

Indo um pouco além da premissa político-epistemológica de que o povo produz saber, que o saber se produz na prática de trabalho e nas demais instâncias das relações sociais, nada melhor do que nos debruçar sobre as bases materiais e imateriais que propiciam a construção desses saberes, levando em conta o momento histórico em que vivemos. De um lado, temos um acúmulo significativo de experiências de educação popular em que a valorização do saber popular e a legitimação de si mesmo como sujeito histórico se colocam como um dos pilares dos processos educativos. De outro, vale lembrar que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) indica a necessidade de reconhecimento, de legitimação, de certificação de saberes. E que, indo ao encontro do postulado da Responsabilidade Social Corporativa, os próprios empresários vêm certificando e legitimando os saberes produzidos no e para o trabalho.

Precisamos ter mais claros quais os objetivos de nossas lutas e como eles se manifestam em nossa ação educativa junto aos trabalhadores associados. Quero chamar a atenção para o fato de que, como intelectuais, temos uma necessidade imensa de pontuar, de classificar, de medir, de sistematizar, de formalizar, etc. Por que nossa ânsia de querer apreender o processo de produção de conhecimento, no caso, apreender como os trabalhadores fazem/pensam o trabalho associativo? Estas questões nos remetem aos *Princípios da administração científica*, de Frederick Taylor (1986). Até mesmo para que pudesse expropriá-lo e transformá-lo num saber útil ao capital, ninguém mais do que Taylor valorizou o saber do trabalhador. O que seria do saber do engenheiro se não fosse o saber dos trabalhadores? Não por casualidade, com as atuais tecnologias de gestão da força de trabalho, os trabalhado-

res vêm sendo convidados para socializar o saber sobre o trabalho. Esses saberes vêm sendo legitimados pelo capital que, inclusive, os “certifica”! Também valeria nos perguntar por que queremos apreender os processos de produção de saberes se, por parte dos trabalhadores, muitos desses saberes são conservados como “segredo de Estado”? Afinal, quando falamos em trabalho real e de trabalho prescrito, distinguimos os dois porque entre um e outro acontecem determinadas coisas de que o engenheiro muitas vezes não tem como se apropriar, até mesmo porque, como forma de resistência, os trabalhadores fazem questão de ocultar os seus saberes. Criam códigos, criam uma linguagem própria de difícil decodificação.

Precisamos ter claro por que queremos apreender, sistematizar e legitimar estes saberes que advêm da prática cotidiana. O que faremos com o saber dos trabalhadores? Os sentidos de nossa ação-pesquisa é que os próprios trabalhadores se reconheçam como produtores de conhecimento e, além disso, que a explicitação de seus saberes possibilite a articulação com outros saberes que, sem dúvida, são saberes extremamente fragmentados. Na escola técnica do Sindicato dos Metalúrgicos/RJ, costumava fazer os seguintes comentários para os 50 operários metalúrgicos apinhados numa mesma sala de aula: “Cada um de vocês tem um pedacinho de saber sobre o processo de produção na fábrica, mas nenhum de vocês, e nenhum de nós, tem a totalidade desses saberes, tem o saber na sua totalidade. E o saber na sua totalidade não é igual a soma das partes. Nosso desafio é articular os saberes de vocês com os nossos saberes.. Assim, na perspectiva de uma outra economia, seja ela chamada de economia solidária, economia autogestionária ou economia socialista, vale nos questionar qual é a potencialidade de os saberes da

experiência tornarem-se saberes que contribuam para a construção de novas práticas econômico-sociais. Para não cair no romantismo, é sempre bom lembrar a materialidade econômica, social e cultural onde se tecem as experiências dos trabalhadores associados.

### **Cultura do trabalho e mobilização de saberes: o que teria Gramsci a nos dizer?**

Mesmo estando meio empoeirado nas estantes de muita gente, acredito ser Antonio Gramsci uma referência fundamental para problematizarmos a questão da produção de saberes na produção associada. Entre 1919 e 1921, analisa os conselhos operários de Turim, afirmando que as experiências onde os trabalhadores têm o controle sobre a produção representam, nas palavras dele, uma “escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa”! (Gramsci e Bordiga, 1981, p. 36). Nesta singular escola, é preciso apropriar-se da ciência da gestão, desvendar os segredos que, durante séculos, estiveram guardados a sete chaves pelos capitalistas. Para ele, um dos desafios da educação de trabalhadores é a superação da dicotomia entre mundo do trabalho e mundo da cultura. Dada a impossibilidade de separarmos o *homo faber* do *homo sapiens*, afirma que todos somos intelectuais, embora nem todos exerçamos, numa sociedade de classe, a função de intelectuais. Para ele, por mais repetitivo e degradante, o trabalho exige um mínimo de elaboração intelectual; assim, o grande desafio na formação do “intelectual de novo tipo” está em conseguir um novo equilíbrio entre o esforço intelectual cerebral e o esforço muscular nervoso, de maneira que “da técnica-trabalho eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanística his-

tórica sem a qual se permanece especialista e não se chega a ser dirigente (especialista + político)” (Gramsci, 1982, p. 8). Compreendendo o trabalho como instância educativa e, portanto, de produção de saberes sobre o mundo do trabalho, ressalta que “a tendência democrática não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas que cada cidadão possa se tornar governante e que a sociedade coloque, ainda que abstratamente, nas condições gerais do poder fazê-lo”. Para Gramsci (1982, p. 137), “a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados, no sentido de governo com o consentimento dos governados, assegurando a cada governado aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessária a fim de governar”. No horizonte político da superação da dominação dos proprietários (aqueles que “sabem”) sobre os não proprietários dos meios de produção (os que “não sabem”), continua atual o projeto de “escola unitária do trabalho”: uma “escola desinteressada” que não hipoteque o destino dos trabalhadores, mas lhes favoreça a possibilidade de se tornarem sujeitos históricos, criadores de si e do mundo.

Em *Concepção dialética da história*, numa pequena nota de rodapé, afirma que “criar uma nova cultura não significa apenas fazer, individualmente, descobertas originais, significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas. Socializá-las por assim dizer, transformá-las portanto em bases de ações vitais, em elemento de coordenação de ordem intelectual e moral” (Gramsci, 1978, p. 13). Assim, pensamos que como uma realidade dinâmica, a cultura do trabalho vai se construindo na “boca da máqui-

na”, representando a síntese das condições de trabalho e das relações que os trabalhadores associados estabelecem entre si e com a sociedade. Sem dúvida, podemos dizer que existe uma grande quantidade de saberes produzidos no trabalho associativo e na vida cotidiana da classe trabalhadora – saberes estes que precisam ser explicitados e legitimados pelos próprios trabalhadores associados. Difundir criticamente verdades já descobertas pressupõe mobilizar os saberes, articulá-los, sistematizá-los, buscando *fora* da fábrica, outros saberes sobre o mundo do trabalho – saberes estes que têm sendo negados aos trabalhadores. É interessante observar que quanto mais densas as redes de solidariedade, quanto mais os trabalhadores estendem as suas relações para além da própria unidade econômica, maior a possibilidade de ampliação dos saberes sobre o mundo!<sup>7</sup> Indo ao encontro dos pressupostos da autogestão, o que desejamos é que todos os trabalhadores associados e não apenas alguns possam decidir sobre os rumos da produção de maneira a garantir a viabilidade técnico-política não apenas da organização econômica, mas também do movimento (maior) dos trabalhadores associados na produção.

O conceito de cultura de trabalho pressupõe a intercessão do conceito de trabalho e de cultura. Ao trabalhar, os trabalhadores associados produzem cultura e, ao mesmo tempo, trabalham de acordo com uma determinada cultura. Embora todos nós vivamos no sistema capitalista, a cultura do trabalho no Japão é diferente da cultura do trabalho no Brasil. A cultura do trabalho no Rio Grande do Sul, onde existe uma experiência comunitária muito forte, é, evidentemente, diferente da cultura no Rio de Janeiro,

onde está muito arraigada a resistência do “malandro-trabalhador”. Na produção associada, a cultura do trabalho vai se materializando no cotidiano do trabalho associativo, nas relações que os trabalhadores estabelecem entre si – relações estas mediadas pela questão de classe, de etnia, de gênero, etc. E aí vale lembrar as “relações com o saber” e as “relações de saber” (Charlot, 2000), as quais também se constituem como um condimento importante na cultura do trabalho associativo.

A cultura do trabalho na produção associada vai se construindo a partir do velho, com o resgate de relações sociais e econômicas que foram se perdendo ao longo da história da humanidade, mas que, de alguma maneira, permanecem presentes, principalmente entre os setores populares. Como um conjunto de conhecimentos e valores que se plasam nos processos produtivos associativos, nas cooperativas, nos empreendimentos solidários, nas organizações econômicas populares, a cultura do trabalho vai se constituindo carregando elementos étnicos, religiosos, quer dizer, de elementos culturais e, inclusive, afetivos, que vão para além do processo de trabalho propriamente dito. Não por acaso, o associativismo não tem o mesmo sentido para os homens e para as mulheres. Diferentemente dos homens, que, em geral, estabelecem uma fronteira muito rígida entre trabalho e família, quando mulheres ingressam num grupo de produção associada, elas pensam: “Aqui eu posso trazer meu filho. Aqui, em vez de ter apenas uma mãe, os nossos filhos têm muitas mães.”<sup>8</sup> No processo de trabalho associativo – instância educativa, de produção de saberes –, as mulheres apreendem que é possível estabelecer outras relações de con-

<sup>7</sup> Esta questão é tratada em Tiriba (2001).

<sup>8</sup> Sobre as diferentes relações que os homens e as mulheres estabelecem com o trabalho associativo, veja “Os objetivos do associativismo”, em Tiriba (2001, p. 268-285).

vivência, diferentes daquelas vividas na fábrica capitalista.

### Em síntese....

Tendo em vista o fortalecimento da economia popular solidária, torna-se fundamental a sistematização de alguns referenciais teórico-práticos de uma “pedagogia da produção associada” que considere os processos de produção de saberes. Em primeiro lugar, é possível perceber que, assim como na fábrica capitalista, à medida que os integrantes dos empreendimentos populares aprendem os conhecimentos técnicos para produção, apreendem também os valores e comportamentos que são necessários para o estabelecimento de determinadas relações sociais de produção. Nesse sentido, é preciso investigar as condições objetivas e subjetivas do processo de produção e socialização do saber no interior dessas organizações econômicas, tendo em conta as experiências de vida que cada um dos trabalhadores carrega para dentro da unidade econômica. E aí seria interessante perceber como é que cada um desses trabalhadores se relaciona com esses saberes, bem como as “relações de saber” que vão se estabelecendo no processo de produção.

Vale reforçar que, em sua grande maioria, os trabalhadores associados não concluíram a educação básica, tendo apenas a primeira fase do ensino fundamental. Tendo sido esses trabalhadores expulsos da escola, a estrutura da divisão do trabalho é o que vem permitindo que os trabalhadores possam ou não ampliar os seus saberes sobre o mundo do trabalho, redimensionando e ressignificando os saberes que trazem do trabalho assalariado. Como comentou Alcântara, um trabalhador de uma cooperativa no Rio de Janeiro, “ser empregado é estar como um animal preso” (Tiriba, 1997), o que nos leva a reafir-

mar que outra questão a ser considerada são as trajetórias dos trabalhadores no mundo do trabalho assalariado. Que saberes, adquiridos na fábrica capitalista, levam para o trabalho associativo?

Admitimos que, de alguma maneira, somos co-autores desses saberes e dessas práticas? Ora, o saber popular não existe de uma forma autônoma, mas, como qualquer outro saber, vai se construindo em diversas redes de convivências. Na prática, independentemente de essas “relações de saber” serem verticais ou horizontais, o fato é que nós, educadores, também estamos produzindo saberes junto com os trabalhadores, redimensionando-os a todo o momento. Em última instância, o saber do trabalhador é a síntese dos saberes apreendidos ao longo da vida, no mundo do trabalho assalariado, na produção associada e em todos os espaços conosco compartilhados.

Poderíamos dizer que a produção dos saberes vai se configurar em duas instâncias que se complementam e convencionalmente vêm sendo chamados de processos formais e processos informais. A primeira instância corresponde àqueles momentos que se dão ao longo do processo de trabalho, ao longo do processo de transformação da matéria-prima em produto final. Embora sejam inseparáveis os momentos de ação e de reflexão; embora trabalhar na máquina requeira ação e reflexão, o trabalho é objetivado pela ação humana. Uma segunda instância, decorrente da primeira, diz respeito aos momentos das assembleias, das relações que os trabalhadores estabelecem com as associações de moradores, com as instituições de apoio, com os movimentos populares, com os movimentos em geral que buscam fortalecer a economia popular solidária. Nesta segunda instância de produção de saberes, prevalece a ênfase e a preponderância da ativi-

dade intelectual em detrimento do que Gramsci chama do esforço muscular nervoso. Como diz ele, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*; não existe trabalho manual onde não haja um mínimo de atividade intelectual. No entanto, nesta segunda instância, já não se trata de uma atividade intelectual qualquer, mas de um esforço premeditado no sentido de sistematizar e de formalizar antigos e novos saberes (Gramsci, 1982).

Para finalizar, gostaria de destacar que não há como analisar a questão do saber sobre o trabalho sem deixar de considerar a estrutura e o caráter mesmo da divisão do trabalho e sua relação com os diferentes níveis de aquisição, produção e socialização do saber. As práticas educativas como práticas de produção, socialização e sistematização dos saberes podem se tornar práticas (des)educativas. Na pesquisa sobre a Guerra Civil Espanhola (Tiriba, 2006), ficou evidente que havia no interior da fábrica um projeto de formação *omnilateral* do trabalhador – projeto este que convivía com uma organização taylorista do trabalho, a qual contribuía para fragmentar este mesmo trabalhador. Como diz Razeto (1993), a economia solidária não se torna solidária porque as pessoas se tornam boas ou generosas, mas quando o trabalho e a comunidade se tornam os principais fatores da produção. Para isto, além de garantir o direito à educação básica, é preciso uma organização do trabalho que garanta espaços de socialização e de articulação desses saberes para que os trabalhadores possam definir e dar os rumos da produção. Na perspectiva de emancipação das classes trabalhadoras e tendo como horizonte o fim da sociedade capitalista, a “pedagogia da produção associada” busca contribuir para a criação e recriação de uma cultura do trabalho que possa materializar um outro sen-

tido para o próprio trabalho, para economia e para as relações de convivência, não apenas no interior da unidade produtiva, mas também na comunidade local e no território mais amplo das relações sociais.

## Referências

- CHARLOT, B. 2000. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 93 p.
- FRIGOTTO, G. 1984. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo, Cortez/Associados, 235 p.
- GRASMCI, A. 1978. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 341 p.
- GRASMCI, A. 1982. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 244 p.
- GRAMSCI, A. e BORDIGA, A. 1981. *Conselhos de fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 182 p.
- GUERRA, P.; MARTI, J.P. e AMORIN, C. 2004. *Empresas recuperadas*. Montevideu, Editorial Nordan-Comunidad, 101 p.
- HELLER, P. 2004. *Fabricas ocupadas: Argentina 2000-2004*. Buenos Aires, Ediciones Rumbos, 327 p.
- ICAZA, A.M. e TIRIBA, L. 2003. Economia popular. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*, Porto Alegre, Vozes, p. 101-109.
- MAGNANI, E. 2003. *El cambio silencioso: empresas y fabricas recuperadas por los trabajadores en Argentina*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 230 p.
- RAZETO, L. 1993. Economia de solidariedade e organização popular. In: M. GADOTTI e F. GUTIÉRREZ, *Educação comunitária e economia popular*. Cortez, São Paulo, p. 34-58.
- SINGER, P. e SOUZA, A. (orgs.). 2000. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo, Contexto, 360 p.
- TAVARES, M.A. 2005. *Os fios invisíveis da produção*. São Paulo, Cortez, 216 p.
- TAYLOR, F. 1979. *Princípios da administração científica*. São Paulo, Atlas, 134 p.
- TIRIBA, L. 1994. *Autogestão e chão-de-fábrica; um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington*. Niterói, RJ. Relatório final de pesquisa. Universidade Federal Fluminense, **347 p.**
- TIRIBA, L. 1997. Cooparj – Cooperativa de Parafusos do Rio de Janeiro. *Revista Proposta*, **74**:64-76.
- TIRIBA, L. 2001. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí, Unijuí, 400 p.
- TIRIBA, L. 2003. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Revista Proposta*, **97**:38-49.
- TIRIBA, L. 2006. Trabalho e educação na Guerra Civil Espanhola: cenas madrilenhas sobre conselhos operários e coletivização da produção. *Revista Histedbr On-line*, **2**:180-200. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br).

Submetido em: 01/08/2006

Aceito em: 31/08/2006